

CONSTRUINDO UM CONTEXTO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO FÍSICA: possibilidades por Célestin Freinet

Camila Lopes de Carvalho¹
Paulo Ferreira de Araújo²

RESUMO

A educação física escolar deve permitir a participação de todos em suas aulas, contudo dificuldades são enfrentadas pelos professores para construir aulas adequadas às necessidades dos alunos com deficiência. Assim, esse estudo tem o objetivo de elaborar uma proposta que facilite a inclusão de alunos com deficiência na educação física escolar por meio da pedagogia de Freinet. Para isso, foi elaborada pesquisa documental com as obras de Célestin Freinet disponíveis na base de dados da Faculdade de Educação Física e de Educação da Universidade Estadual de Campinas. As fontes foram analisadas por análise documental, com reflexão para a elaboração de uma proposta sobre suas possibilidades na educação física escolar. Com o estudo, foi verificado que os ideais de Freinet permitem uma construção teórica sobre princípios inclusivos e aproximação prática com as diversidades, favorecendo o conhecimento e respeito às diferenças.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Especial; Freinet

1 Doutoranda em Educação Física. UNICAMP, Campinas/São Paulo, Brasil. E-mail: camilalopes.c@hotmail.com
2 Doutor em Educação Física. Docente da Faculdade de Educação Física, UNICAMP. Campinas/São Paulo, Brasil. E-mail: paulof@fef.unicamp.br
O presente trabalho não contou com auxílio financeiro para sua realização.
Não há conflitos de interesse na elaboração deste manuscrito.

INTRODUÇÃO

A inserção oficial da educação física nos currículos escolares do Brasil ocorreu com a proposta da Reforma Couto Ferraz, em 1851; passando a ter obrigatoriedade pela Lei Constitucional nº 1, de 1937; ambas fundamentadas em Métodos Ginásticos Europeus (CASTELLANI FILHO, 1991). Esses métodos foram recebidos no país por diferentes segmentos sociais, cada qual propondo um direcionamento da prática segundo seus interesses.

Políticos e militares visavam à centralização do poder, associando a educação física à disciplina do corpo e à formação moral, intencionando construir indivíduos aptos fisicamente e dóceis tanto para a manutenção da ordem política quanto para operarem como força de trabalho (CASTELLANI FILHO, 1991). Os médicos, por sua vez, segundo Góis Junior (2013), atuavam direcionados ao progresso civilizatório construído por uma população forte e saudável, acrescentando à área os cuidados específicos de higiene. Em contrapartida, segundo Linhales (2009), educadores questionavam esses diferentes domínios sobre a área, a qual, segundo seu entendimento, deveria ser destinada à formação humana.

Concomitantemente, as pessoas com deficiência vivenciavam um período de segregação em Instituições Especiais, sem oportunidade dessas práticas corporais escolares. Conforme Castellani Filho (1991), o Decreto nº 21.241 da Portaria nº 13 e 16, de 1938, proibia os alunos que possuíssem alguma condição que os impedissem de participar das aulas de educação física fossem matriculados nas instituições de ensino secundário.

Já na década de 50, no Brasil, iniciam-se ações sociais oriundas, principalmente, de familiares de pessoas com deficiência, em defesa da aceitação e da disponibilização de tratamentos diversos a essas pessoas. À fase de exclusão sucedeu uma denominada de normalização onde, mesmo imersa em ambientes separados, visava-se proporcionar à pessoa com deficiência um cotidiano fundamentado nos mesmos padrões vivenciados na sociedade. Sem inicial relevante atenção política para a questão, propostas sócio-educacionais a essa população difundiram-se por familiares e populares como com a criação da Associação de Pais e Mestres e Associação Pestalozzi (SILVA; SEABRA JUNIOR; ARAÚJO, 2008).

No âmbito da educação física, segundo Araújo (2011), tais iniciativas foram absorvidas com o surgimento, em 1952, do termo “educação física adaptada”, como uma educação física que já considera a presença de alunos com diferentes necessidades.

Com a necessidade de uma legislação que norteasse oficialmente as práticas educacionais nacionais, foi elaborada a primeira Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961). Em relação às pessoas com deficiência garantiu, pela primeira vez de forma explícita, o direito dos “excepcionais” à educação, contudo estimulou um ensino separado e privatizado a eles, mantendo tanto a educação física quanto as demais disciplinas ministradas de forma a manter uma segregação.

A LDB seguinte - Lei nº 5.692, de 1971 (BRASIL, 1971) -, passou a dispensar os alunos com deficiência das aulas de educação física, a qual era destinada a função

de preparo físico para as funções trabalhistas e militares. Pode-se associar tal fato a um imaginário político predominante do momento ditatorial militar vigente de que uma pessoa com condição de deficiência não traria contribuições ao progresso sócio-econômico do país.

Apenas em 1973, a primeira política pública relacionada à educação das pessoas com deficiência foi elaborada, com a criação do “Centro Nacional de Educação Especial” (CENESP), por meio do Decreto n° 72.425, de 03 de julho de 1973, com o objetivo de proporcionar atendimento educacional para as pessoas com deficiência da pré-escola ao ensino supletivo (BRASIL, 1973). Contudo, esse atendimento era realizado, majoritariamente, em locais separados e, não faziam referência ao oferecimento da educação física.

A essa população foi aberta a possibilidade de acesso à educação e de se inserir nos diferentes segmentos sociais. No entanto, as pessoas deveriam à sociedade se adequar, cabendo às instituições especiais o preparo dessas pessoas para serem inseridas socialmente.

Nesse momento, a normalização passou a ser substituída por um novo conceito denominado de integração no qual, segundo Silva, Seabra Junior e Araújo (2008), há o preparo das pessoas com deficiência para serem integradas na sociedade já estabelecida.

Averigua-se, em sequência, a difusão de ações e movimentos populares internacionais, induzindo ao direcionamento da atenção política brasileira à educação da pessoa com deficiência ao buscar consonância do cenário nacional com as decisões dos países com maior desenvolvimento econômico e social. Dentre as ações, pode-se citar:

- “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes”: proclamada em 1975, pela Organização das Nações Unidas (ONU), garantiu os mesmos direitos sociais dessa população que os demais cidadãos, inclusive no cenário educacional (BRASIL, 1975).
- “Relatório de Warnock”: instituído em 1978, foi originado por meio de um estudo acerca da educação especial por Helen Mary Warnock, do Departamento de Educação e Ciência da Inglaterra. Com esse documento, a primeira ministra, Margaret Thatcher reformula a educação especial associando-a ao modelo neoliberal, buscando identificar, descrever e avaliar as necessidades educativas especiais para integrá-las nas escolas regulares, com o objetivo de viabilizar oportunidades de acesso das pessoas com deficiência nas atividades econômicas e sociais (MEIRELES-COELHO; IZQUIERDO; SANTOS, 2007).
- “Carta Internacional de Educação Física e Desportos”: elaborada em 1978 pela Conferência da ONU, definiu a prática da educação física como um direito de todos, inclusive da pessoa com deficiência (UNESCO, 1981).
- “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”: definido pela ONU como o ano de 1981. Convocou os países a estabelecerem políticas públicas relacionadas às pessoas com condição de deficiência em todos os segmentos sociais, englobando o contexto escolar (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Constantes críticas passaram a surgir, principalmente pelos familiares, em relação à forma como a pessoa com deficiência deveria se integrar na sociedade, uma vez que dificuldades eram inúmeras e intransponíveis quando se propunha adequar a própria pessoa e padronizá-la a uma sociedade com formas de participação já estabelecidas. Os conceitos integracionistas não mais se sustentavam. O debate internacional caminhava em direção à construção de um novo princípio – o inclusivo. Como marco decisivo, por meio de uma “Conferência Mundial de Educação Especial”, na Espanha, foi elaborada a “Declaração de Salamanca”, em 1994, com a proposta da escola inclusiva (BRASIL, 1994).

Segundo Stainback e Stainback (1999), na inclusão é exigido às escolas se adaptem e organizarem seus recursos humanos, pedagógicos e materiais para proporcionar a mesma qualidade de ensino a todos, independente das dificuldades apresentadas pelos alunos.

Nesse mesmo período, uma fase de crise emergiu na educação física nacional, questionando-se as especificidades, objetivos e forma de atuação dessa área. Novas propostas foram elaboradas numa tentativa de ressignificar a área (BRACHT, 1999).

Questionamentos passaram a ser feitos quanto à forma e estrutura das aulas, reformulando os objetivos da educação física escolar em direção a possibilitar aos alunos vivenciarem as práticas e construir conhecimentos sobre as mesmas. O foco alterou-se do preparo físico dos corpos dos alunos para uma aula que acolha e permita a participação de todos. Nesse ideal, buscou-se atingir aos alunos que não vivenciavam as aulas por não terem a aptidão física ou destreza técnica esperada, como

com a teoria Construtivista-Interacionista de Freire (1991) e a Crítico-Superadora do Coletivo de Autores (1992). Nesse contexto, as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas ao incorporar princípios inclusivos e combater as práticas excludentes, propondo uma aula acessível a todos sem qualquer tipo de discriminação, como pela Teoria Sistêmica de Betti (1991).

Nesse momento, a legislação nacional foi reelaborada fundamentando as práticas educacionais nacionais, inclusive da educação física, ao encontro dos novos ideais de inclusão internacionalmente estabelecidos. Pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi redefinida a LDB, estabelecendo a proposta inclusiva com a educação especial desenvolvida preferencialmente na rede regular de ensino, e afirmando a educação física como componente curricular obrigatório do ensino fundamental (BRASIL, 1996), possibilitando o encontro oficial da educação física com a educação especial. Ao mesmo tempo no qual a educação física foi se reconstruindo enquanto área de conhecimento, foi incorporando as discussões inclusivas que despontavam mundialmente e passavam a vigorar no cenário legal brasileiro.

Em sequência, ações políticas desenvolvem-se por meio da promulgação de uma série de documentos oficiais visando à redefinição do cenário escolar, e da educação física, destacando o princípio da inclusão como o norteador da prática educacional, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - define a educação física como uma prática respeitosa e acolhedora das diversidades - e os Parâmetros Curriculares Nacionais - exalta a necessidade de adaptação das aulas por meio de uma metodologia pela qual o

professor alcance o desenvolvimento das potencialidades de cada um (BRASIL, 1998).

Contudo, a definição teórica predominou, seja a respeito do conceito da inclusão seja sobre os itens e serviços a estarem disponíveis para que esta seja construída, sem o estabelecimento de medidas para efetivar a inclusão na realidade educacional.

Nesse contexto, Carvalho, Bassa e Silva (2011) e Martins (2014) mostraram que os professores de educação física tem apresentado um discurso no qual compartilham dos ideais inclusivos, contudo, não conseguem consolidar esses ideais durante suas práticas. Salerno (2009), Filus (2011) e Seabra Junior (2012) complementam ao destacar que, sem relevante apoio político destinado à efetivação prática da educação inclusiva, a educação física enfrenta obstáculos para sua construção inclusiva como a falta de capacitação profissional, de adequação de recursos pedagógicos, métodos, currículos, estrutura física e tecnológica, precariedade de sistema de apoio especializado e sistema educacional de baixa qualidade.

Especificamente em relação à didática do professor, Cunha e Silva (2013) esclarecem a presença de constante dificuldade dos professores de educação física na elaboração estratégias para organizarem suas aulas de forma a permitir a participação de todos. Fiorini e Manzini (2014) corroboram com tais afirmações ao explicitarem que esses professores têm relatado dificuldades em realizar um planejamento e de utilizar estratégias para aplicá-lo de forma adequada a todos, induzindo-os a improvisar durante as aulas e a utilizar estratégias tradicionais ineficientes como com a execução de gestos motores padronizados.

De forma a complementar as discussões, Chicon, Mendes e Sá (2011) ressaltam que a inclusão não será um processo fácil e rápido de ser viabilizado, contudo o professor deve usar de instrumentos e estratégias alternativos para caminhar na direção dessa construção.

Por conseguinte, procura-se por opções didáticas na área, e revisitar autores que propuseram alternativas de ensino no passado e que, ainda hoje, podem trazer contribuições com a reconstrução de um cenário educacional inclusivo mostra-se contributivo, uma vez que a associação de alguns autores com a realidade da inclusão educacional ainda não foi explorada enfaticamente na educação física, como no caso de Célestin Freinet.

Dessa forma, o objeto desse estudo é elaborar uma proposta que contribua com o processo inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar fundamentada nos ideais de Freinet. Para isso, foi elaborada uma pesquisa documental com as obras originais de Célestin Freinet, na base de dados da Faculdade de Educação Física e de Educação da Universidade Estadual de Campinas. A pesquisa documental é uma leitura de documentos que possibilita identificar, nestes, questões referentes ao interesse de pesquisa. A análise de dados por análise documental é destacada como importante tipo de análise da pesquisa qualitativa por permitir a identificação de novas perspectivas de uma fonte antiga aproximando-a de problemas vigentes (LUDKE; ANDRE, 1986). Assim, as fontes foram analisadas por análise documental, com reflexão para a elaboração de uma proposta sobre suas possibilidades na educação física escolar. Como critério de inclusão foram inseridas obras impressas

nas quais Célestin Freinet é o único autor e escritas em português. Como critério de exclusão, foram dispensados os livros com autores múltiplos ou em língua estrangeira. Utilizando a palavra “Freinet” nas bases de dados, foram encontradas nove obras.

Pode-se entender que tal estudo possibilita contribuições no contexto escolar e também em outros campos de atuação desta área, como em atividades de recreação, lazer, diferentes atividades físicas voltadas para a saúde e nos trabalhos relacionados à pedagogia do esporte, adaptando-as segundo seus objetivos. A participação de uma pessoa com deficiência é um direito legal e humano, e alternativas mostram-se necessárias de serem construídas para possibilitar que a pessoa com deficiência usufrua de boa qualidade de participação na área, superando a ainda presente dificuldade em organizar aulas acessíveis a todos.

Célestin Freinet e suas propostas pedagógicas

Célestin Baptistin Freinet foi um professor primário que propôs nova visão e técnicas ao ambiente pedagógico em substituição ao trabalho de repetição mecânica de conteúdos.

Nasceu no dia 15 de Outubro de 1896, no sudoeste da França, num vilarejo denominado de Gars. Filho dos camponeses Joseph Delphin Freinet e Marie Victoire Toreat, Freinet viveu nesta região até os treze anos, cercado pela natureza e empenhado nos trabalhos do campo. Dos sete aos treze anos estudou em uma escola do campo fundamentada em regras severas sendo, em seguida, admitido no Colégio Comunal – curso primário superior –, em

Grasse. Já aos 16 anos, em 1912, entrou na Escola de Formação de Professores, de Nice. Esses estudos foram interrompidos aos dezenove anos quando da sua convocação para atuar como suboficial nos conflitos da 1º Guerra Mundial, em 1915, nos quais, em Outubro do mesmo ano, adquiriu grave lesão pulmonar oriunda de gases tóxicos, sendo por esse motivo dispensado. Neste contexto, efervesciam movimentos sociais e Freinet, atento à realidade vivenciada, passou a questionar e combater o modelo social e escolar vigentes, fundamentado pela contestação das experiências das próprias escolas tradicionais nas quais estudara e pela simpatia aos ideais marxistas (SAMPAIO, 1989; ELIAS, 1997).

Freinet empenhou-se em leituras numa aprendizagem autodidata sobre psicologia, filosofia e pedagogia – estudando principalmente Pestalozzi, Rousseau, Rabelais, Dewey, Decroly, Montessori, Montaigne e Ferrière de forma crítica, incorporando o que considerava como contribuições destes estudos, mas também repreendendo o que concebia como inapropriado. Possui, portanto, como principal influencia os ideais da Escola Nova de oposição ao ensino tradicional que surgiram no final do século XIX, principalmente nos Estados Unidos e Europa, e difundiram-se por diversos países. No Brasil, foram propostos, principalmente, por Anísio Teixeira, o qual defendeu a educação como forma de transformação social em direção à construção da democracia, ou seja, um ensino público de qualidade e acessível a todos, comprometido com a superação dos problemas sociais, associando o processo educacional à tomada de consciência e autonomia dos alunos em substituição à anterior educação de reprodução de conteúdos orais e escritos (NUNES, 2000).

Assim, Freinet elaborou, experimentou e divulgou técnicas de trabalhos pedagógicos alicerçadas numa visão da educação humana, cooperativa e expressiva. Com novas ideias organizadas, assumiu, em 1920, o cargo de professor adjunto primário de uma precária escola no vilarejo de Bar-sur-Loup. A partir desse período, preparou congressos, boletins e revistas para divulgar suas técnicas para as escolas, estabelecendo um vínculo com os demais professores para encontrarem novos caminhos segundo a realidade de cada um. Criou, assim, a Cooperativa de Ensino Leigo (CEL), em 1928, para produzir e difundir seus materiais pedagógicos (SAMPAIO, 1989; OLIVEIRA, 1995; LEGRAND, 2010).

Entre os anos de 1926 e 1928, Freinet conheceu a artista plástica Elise Lagier Bruno quando esta iniciou trabalhos com o educador, casando-se em seguida. Em 1928, foi transferido para uma antiga escola de Saint-Paul de Vence. Com constantes questionamentos a respeito dos tradicionais métodos pedagógicos somados a sua atuação política na área educacional, instalou-se um ambiente de desconfianças acerca das novas propostas do educador, culminando na exoneração deste. Com isso, o casal criou sua própria escola proletária particular em Vence, em 1933 (FREINET, 1983; OLIVEIRA, A. M. M., 1995).

De acordo com Sampaio (1989), no ano de 1940, as desconfianças acerca de Freinet levaram-no a ser preso num campo de concentração nazista sob a justificativa de ser um líder de movimentos clandestinos, sendo libertado apenas após intensa luta de sua esposa. Voltando a Vence, Freinet reorganizou a CEL aperfeiçoando-a na forma do Instituto Cooperativo da Escola Moderna (ICEM), em 1947. No

ano de 1957, os seguidores da pedagogia proposta por ele fundaram a Federação Internacional dos Movimentos da Escola Moderna (FIMEM), alcançando cerca de 50 educadores de diferentes países. Um “Movimento Freinet” foi iniciado pelo próprio e teve continuidade pelas ações desses educadores e pesquisadores, que passaram a compartilhar reflexões e suas atuações na prática escolar. Em 08 de Outubro de 1966, Freinet faleceu em Vence, na França. Seu trabalho foi continuado por sua esposa Elise até o ano de 1983, quando também falece. A continuidade de estudos sobre suas propostas educacionais foi desenvolvido por sua filha e por educadores adeptos de seus ideais.

Por meio da análise de suas obras pode ser notado que Freinet questionou o modelo escolar tradicional fundamentado na memorização de conhecimentos de forma desvinculada à realidade dos alunos. Questionou a funcionalidade desse antigo padrão para as necessidades da sociedade atual. Questionou esse modelo de escola organizado aos moldes militares regido por uma lei específica que não se encontra na realidade de vida dos educandos. Questionou o autoritarismo dos educadores ao imporem tarefas mecânicas a serem executadas com ordem e disciplina, impedindo o desenvolvimento da criticidade dos alunos (FREINET, 1973, 2004).

Em substituição, Freinet propôs uma ressignificação de alguns conceitos ao serem aplicados no âmbito escolar. Ele nomeou a ordem enquanto destinada à melhor organização do trabalho escolar, a disciplina enquanto cooperação e a autoridade enquanto aspecto moral oriundo do respeito e não de ameaças. Defendeu ainda que o conhecimento se desenvolve apenas

com a própria experiência dos alunos, e não pela imposição de conceitos teóricos. Dessa forma, o professor deve organizar sua prática pedagógica com base no sentir, amar, viver, criar, compreender-se e socializar-se, estimulando o aluno a questionar, refletir e a tomar decisões coletivamente e democraticamente (FREINET, 1974a, 2004).

Acreditou numa escola centrada na criança, com esta desenvolvendo sua personalidade em meio à comunidade em que vive por meio da ajuda do professor. Para isso, propôs uma Escola Moderna alicerçada por uma metodologia natural, tomando por base a vida do aluno e os elementos culturais que intervêm no seu comportamento atual e futuro, objetivando o despertar da iniciativa e da curiosidade do aluno por meio de sua expressão livre. Por conseguinte, o mais adequado, segundo o educador, seria uma aprendizagem por meio da vivência, da afetividade, das sensações, da experimentação, do erro e do próprio entusiasmo da criança com o objeto de conhecimento (FREINET, 1975, 1994).

Célestin Freinet propôs uma educação com foco no trabalho. No entanto, o trabalho não traz a visão capitalista acúmulo monetário. Nessa concepção, é visto como uma atividade natural do homem durante toda a sua vida a qual exige constante processo de ensino aprendido. Associa ao trabalho as atividades que exigem criatividade e união dos aspectos intelectuais e manuais, possuindo significado para o aluno que o faz (FREINET, 1973, 2004).

Um ponto a ser destacado é o fato do educador Célestin Freinet não apenas recomendar uma educação que conduza a criança à visão crítica e autônoma, mas também agir de forma crítica e autônoma na construção dessa proposta educacional. O

pedagogo interage com educadores da escola nova e com pensadores do socialismo, contudo não se subordina nem reproduz fielmente nenhuma dessas teorias, construindo seu projeto pessoal de educação segundo seus próprios ideais.

Ressalta-se, ainda, a ênfase de Freinet ao esclarecer que não propõe uma teoria ou método educacional a ser seguido, mas técnicas, ou seja, utensílios já amplamente explorados por ele para que os professores utilizem-nos de forma a facilitar seu trabalho pedagógico, como (FREINET, 1973, 1974b, 1975, 1976, 1994):

- Livro da vida: diário da classe no qual os professores e os alunos expõem opiniões sobre a aula e acontecimentos diários, colocando críticas, sugestões ou seus próprios trabalhos.
- Aula passeio: saídas do ambiente escolar nas quais as crianças realizam pesquisas, associando os conteúdos escolares à realidade vivenciada fora do ambiente educacional.
- Textos livres: textos escritos livremente pelas crianças podendo posteriormente ser socializado com os demais, cabendo ao professor a função de inserir a criança num contexto pedagógico ao escrever. O tema desses textos deve ser escolhido pelas próprias crianças a partir das aulas, de forma a explorar a cultura e os conhecimentos destes. Um texto livre é escolhido democraticamente por votos e aperfeiçoado por todos do grupo.
- Jornal escolar: impressão do texto livre impresso pela imprensa escolar. O ato da cópia também se dá de forma livre, podendo o aluno

explorar a criatividade para ilustrar e expressar o conteúdo do texto. Ao final de cada mês, o professor reúne as cópias dos diferentes textos unindo-as em exemplares de jornais e enviando-os aos correspondentes.

- Intercâmbio interescolar: troca de materiais entre as escolas, podendo haver uma correspondência entre os estudantes, nas quais cada aluno se comunica com um aluno específico da outra escola. Há trocas de jornais produzidos ou outros materiais que os alunos acharem oportuno como brinquedos, discos e filmes.
- Jornal mural: uma parede da sala de aula é coberta por uma folha grande, onde são organizadas três colunas – “Eu Proponho”, “Eu Crítico”, “Eu Felicito” -, nas quais os alunos registram seus pensamentos sobre os acontecimentos da aula e, ao final da semana, uma discussão coletiva sobre os escritos é estabelecida com todos.
- Plano de Trabalho: conversa entre o professor e os alunos no qual aquele explica os conteúdos curriculares a serem trabalhados durante o período, e proporciona aos alunos uma discussão e participação nas decisões a respeito sobre a forma de organizar esse currículo e quais estratégias e prazos para seu cumprimento, com participação ativa de todos os alunos por meio da Cooperativa Escolar.
- Cantos: a sala de aula com cadeiras enfileiradas e crianças necessariamente sentadas e mudas é conde-

nada, uma vez que negam a vivência que a criança tem no mundo externo. Em contrapartida, Freinet organiza a sala com cantos, nos quais cada um possui uma atividade diferenciada a ser trabalhada, além de um canto com as produções dos alunos.

- Fichário Escolar: fichas contendo conteúdos escolares são construídas conjuntamente com os alunos e posteriormente distribuídas aos assinantes – educadores que assinavam revistas produzidas e distribuídas por Freinet.

Com os ideais e técnicas especificados, passa-se a refletir em possibilidades de utilização dos mesmos nos diferentes contextos educacionais, como na perspectiva inclusiva.

Proposta de associação da pedagogia de Freinet com a educação física escolar

Ainda sem construção da temática acerca da inclusão educacional, Freinet sistematizou o processo educacional em consonância com os ideais que ainda estavam por vir, num tempo além do vivenciado. Observa-se que, apesar da ausência, naquele momento, de discussões e legislações acerca da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, Freinet propôs a educação atualmente almejada – a educação de qualidade para todos.

A educação de qualidade para todos surge com o questionamento da escola tradicional, combatendo o domínio dos conhecimentos por poucos como forma de manter a hegemonia de grupos sociais específicos – de início os religiosos, em sequencia,

as classes sociais dominantes. Pensadores contestadores dessa didática, associados às transformações sócio-econômicas e políticas vigentes, passaram a fazer propostas de uma renovação educacional, entendendo a escola como possibilidade de transformação e não acomodação à estrutura sócio-político e econômica vivenciada, culminando nas ideias de Freinet.

As primeiras inovações na didática educacional podem ser associadas à elaboração da “Razão dos Estudos”, onde os padres jesuítas delimitaram as funções, metodologias e avaliações escolares, com forte imposição da doutrina cristã. Já na Reforma Protestante passou a ser questionado esse modelo eclesial com caráter de memorização de conceitos e estritamente controlador de comportamentos e ideias. Buscando uma ruptura com o cenário de dominação da Igreja Católica, e já influenciado pelas transformações sociais de construção de um modelo capitalista, a liberdade e direito de todos à educação tornou-se ponto principal para possibilitar a formação de um cidadão crítico, com autonomia para ler os livros sagrados e atuar nas suas responsabilidades sociais (TOLEDO, 2000; VALENTIN, 2010).

John Amos Comenius foi outro incitador da defesa de um ensino acessível a todos, tendo por base uma justificativa religiosa a qual defende que todos somos semelhantes a Deus sendo a exclusão educacional de grupos minoritários uma afronta ao próprio Deus. Assim, propôs um ensino a partir do contexto social vivenciado pelos alunos, auxiliando-os a se construir enquanto ser humano autônomo e atuante na sociedade (LOPES, 2008).

Foucault também discorreu sobre a atuação das instituições em dominarem e disciplinarem comportamentos, com o obje-

tivo de estabelecer um controle hierárquico sobre as pessoas, induzindo-as a se submeterem a tal poder como algo natural. Alertou que a escola pode ser utilizada como base para manutenção da ordem social já estabelecida, utilizando o aluno como ator no processo de manutenção de uma segregação já existente. Contudo, sendo a sociedade constituída como uma relação de poderes e sabendo que o poder não está centrado na mão de apenas um indivíduo ou órgão, pode-se atuar em movimentos de resistências por meio de ações dos indivíduos envolvidos no sistema educacional, para implantar aos poucos uma alteração na forma de se pensar e agir. Objetiva-se, portanto, uma educação que rompa com a transmissão de saberes conteudistas para implantar uma na qual o controle de um sobre o outro dê lugar a um agir coletivo de um com o outro (PEREIRA, 2013).

Quando se fala em educação inclusiva refere-se a esse contexto de reconstrução da educação onde todos passam a ter direito ao seu acesso e a usufruir de um sistema com qualidade, reconstrução esta que enfrenta desafios ainda vigentes. Da mesma forma, Freinet torna-se uma possibilidade de intervenção perante os desafios da contemporaneidade ao propor uma educação alicerçada nos ideais da escola nova na qual é fornecida à criança não apenas o domínio intelectual de determinado conteúdo, mas também o afeto e acolhimento indispensáveis para o desenvolvimento de cada um enquanto ser humano.

Tanto a Pedagogia de Freinet quanto a temática da inclusão almejam por uma educação à disposição de todos independente de suas dificuldades e diferenças. No entanto, a proposta inclusiva esbarra em dificuldades para se consolidar com

inúmeras dificuldades relacionadas à organização da aula e atuação do professor, como observados em estudos de Seabra Junior (2012) e Filus (2011). Questiona-se: como tornar a educação física adequada às diferentes necessidades dos alunos frente às dificuldades enfrentadas nas escolas?

Célestin Freinet contorna essa situação numa proposta de educação que se adapte frente às realidades e necessidades dos alunos, sem a exigência de adequação dos alunos ao ensino pré-moldado. Para isso, ele entende ser necessário um trabalho educacional inicial alicerçado por princípios de afetividade, cooperação e respeito, com o professor se colocando no lugar do aluno para se conscientizar dos sentimentos destes, assim como seus medos e incertezas na execução de uma tarefa educacional. Esses aspectos podem corroborar com a construção da proposta da inclusão educacional uma vez que, para que ela de fato ocorra, além de afetividade, paciência e cooperação entre todos, a empatia torna-se indispensável. Pela empatia os alunos colocam-se uns nos lugares dos outros compreendendo e respeitando as diferenças individuais, os professores vivenciam o papel não apenas do aluno com uma deficiência, mas também dos pais destes, com seus receios, inseguranças e muitas vezes desconhecimento a respeito da condição e também das potencialidades de seu filho, construindo uma prática adequada à realidade vivenciada, e não apenas acatando a obrigação legal de recepção desses alunos em sua aula. Em relação ao desenvolvimento da empatia entre os alunos, o professor pode explorar possibilidades didáticas como a vivência de diferentes condições de deficiência durante as aulas (com a utilização de vendas e cadeiras de rodas) e a construção de um

plano de trabalho com a criação de jogos e brincadeiras, pelos próprios alunos, de forma a refletir e pensar em uma prática na qual todos possam participar.

Segundo Chicon, Mendes e Sá (2011), as barreiras atitudinais são grandes empecilhos para a consolidação da inclusão, pois atitudes de afastamento e rejeição contribuem para uma contínua segregação. Dessa forma, um trabalho de conscientização dos valores humanos de respeito à diversidade e empatia podem contribuir com a superação dessas dificuldades.

Averigua-se que suas proposições a respeito da prática pedagógica possuem a potencialidade de contribuição com a construção da proposta de inclusão na educação física. A legislação trouxe a obrigação de um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 1996), contudo sua a implantação depende de uma conscientização da necessidade e importância de tais atos, o que se dá apenas por meio de um trabalho fundamentado nos valores humanos, conforme proposta de Célestin Freinet. Tais entendimentos são corroborados pelo estudo de Chicon (2008) que destacou o estímulo à valorização das diversidades humanas como ponto indispensável para a construção de um contexto inclusivo, sendo apenas por essa conscientização o alcance de uma atuação adequada às especificidades dos alunos.

Ademais, Célestin Freinet (1974b) propõe uma educação prática e cooperativa, significativa e vinculada à realidade cotidiana dos alunos. Dessa forma, trabalhar os conteúdos da educação física de forma associada à realidade desses alunos e vinculada aos seus interesses e atividades do cotidiano pode auxiliar o desenvolvimento e o aprendizado de cada aluno, com cada um se desenvolvendo segundo suas

capacidades e realidade. Pode-se citar uma possibilidade de trabalho com uma dança que tenha relevância cultural em uma região onde a escola se localiza. Partindo de uma prática presente na realidade desses alunos, pode-se ir identificando os conhecimentos que eles já possuem e ir completando-os de forma a construir um conhecimento mais amplo, relacionando-os ao contexto sócio-cultural no qual estão inseridos; aliados a esse trabalho, os gestos e movimentos dessa dança específica podem ir sendo inseridos nas aulas, como forma dos alunos vivenciarem-nos e também possibilitando que eles os recriem e os transformem respeitando suas capacidades.

Como ponto principiante na organização de uma aula, a ênfase dada ao aspecto da cooperação torna-se fundamental para a educação proposta por Freinet, como uma forma de estimular a solidariedade e a democracia, anulando individualidades que poderiam sobrepor uns aos outros. A cooperação, dentro das aulas de educação física, pode atuar como alicerce relevante para o desenvolvimento do respeito às diferenças e de um contexto inclusivo, sendo primordial seu trabalho pelos professores, segundo Seabra Junior (2012).

Para a execução prática de sua perspectiva pedagógica em contraposição à realidade escolar até então vivenciada, Freinet buscou técnicas consoantes com a condição das escolas em locais que sofriam com descasos e dificuldades políticas e econômicas, defendendo um novo modelo educacional adequado e viável a todos. Da mesma forma, a inclusão busca alternativas para se construir frente às diferentes realidades escolares brasileiras, nas quais em muitas vezes o descaso e precariedade tornam-se marca constante das escolas

públicas (FILUS, 2011). A aproximação com Freinet, mais uma vez, é alicerçada em semelhantes dificuldades, contudo, em iguais determinação e força de vontade de educadores em prol do estabelecimento de uma educação com qualidade e acessível a todos.

É válido, por conseguinte, um delineamento das possibilidades de trabalho inclusivo com a educação física por meio dessas técnicas elaboradas. Assim, com a técnica denominada de “Livro da Vida”, há a possibilidade do professor identificar as compreensões dos alunos acerca da convivência com as diferenças, estabelecendo relações destas opiniões com os conteúdos em sala trabalhados. Em posse desses dados, atividades podem ser planejadas buscando explorar os conceitos que se mostrarem necessários. Exemplificando, se no “Livro da Vida” surgirem falas que demonstrem dificuldade em brincar junto com um aluno com uma dada condição de deficiência, como a visual, por exemplo, o professor pode conversar com toda a sala sobre diferentes formas de brincar, mostrando que todos possuem sua diversidade e especificidade durante as atividades, e ainda propor um jogo de forma a demonstrar como se relacionar com as diferenças, como um jogo pré-desportivo de futebol em duplas, onde um dos alunos será vendado e o outro o guiará durante o jogo.

Da mesma forma, pelo “Jornal-Mural”, questões relacionadas às dificuldades específicas da inclusão poderão ser identificadas pelo professor e, posteriormente, discutidas numa reunião da cooperativa, onde alternativas podem ser encontradas em comum acordo com os próprios alunos. Estas questões podem ser trabalhadas não apenas durante a reflexão do acontecimen-

to, mas também em posteriores atividades a serem planejadas pelo professor. Com as dificuldades apresentadas explicitamente, a busca pela solução de cada uma torna-se mais fácil e com maior probabilidade de alcance de resultados positivos. Segundo Salerno (2009), as principais dificuldades de construir a inclusão educacional decorrem de problemas referentes ao preconceito originado pela falta de contato das pessoas sem deficiência com as com essa condição, falta de conhecimento a respeito das capacidades que essas pessoas também possuem. Assim, o professor pode identificar falas e acontecimentos que demonstrem falta de credibilidade dos alunos nas capacidades dos alunos com deficiência e, organizar conversas, atividades e materiais que mostrem as capacidades que as pessoas com deficiência também possuem, como brincadeiras nas quais esses alunos com deficiência tem boa atuação, vídeos de pessoas com deficiência práticas esportivas, dentre outros.

Pelo trabalho com os “Textos Livres”, pode-se solicitar a construção de textos, assim como de propostas de atividades a serem feitas pelos alunos, sobre os diversos conteúdos da educação física, inserindo-os no ideal pedagógico inclusivo. Os ideais iniciais de Freinet, com a elaboração de textos escritos, pode ser associado aos recursos tecnológicos atuais, onde pode ser possibilitado aos alunos explorar materiais áudio visuais como filmagens, áudios e imagens para trabalharem conteúdos da educação física. Essa construção pode ainda ser feita em grupos estimulando a socialização e troca de ideias. A partir dessa construção dos alunos, os entendimentos referentes à inclusão educacional podem transparecer e até mesmo serem discutidas pelo professor.

Dessa forma, uma proposta de atividade escrita por um aluno pode conduzir a uma discussão a respeito da adaptação dessa atividade para permitir a participação de todos, explorando não apenas uma deficiência, mas várias outras possíveis dificuldades que possam vir a ser apresentadas.

Já pelo “Jornal Escolar”, as ideias construídas sobre a inclusão nas aulas de educação física, assim como atividades propostas ao alcance de todos, podem ser distribuídas para as famílias e comunidade. Dessa forma, o ideal inclusivo rompe as estruturas escolares caminhando ao encontro da sociedade na qual a escola está inserida. Nesse caso, em substituição aos antigos mimeógrafos, o computador tem potencial facilitador com uma numerosa e rápida quantidade de cópias, e também sendo um veículo difusor dos trabalhos produzidos não apenas pelo papel, mas também de forma eletrônica como em sites e blogs.

Pela técnica do “Fichário Escolar”, podem ser preparadas e trocadas entre os professores fichas com as atividades de diferentes conteúdos de educação física já trabalhadas em aula e as possíveis adaptações que foram necessárias para a participação efetiva de alunos com condições específicas de deficiência. Longe de servir como uma receita, esse fichário pode divulgar possibilidades de práticas a serem feitas por outros professores, norteando-os e auxiliando-os em possíveis ações a serem tomadas segundo as necessidades do momento.

Sendo o preconceito derivado da falta de conhecimento das diferenças, segundo Duarte e Lima (2003), nota-se a possibilidade de construção de conhecimento pelos alunos por meio dessas técnicas, podendo contribuir com o desenvolvimento de atitudes inclusivas e respeitadas por meio dos

momentos de reflexão e conscientização acerca da diversidade.

Observa-se, nas discussões inclusivas, os alunos com deficiências indo ao encontro dos demais alunos. Contudo, por que não os próprios alunos sem deficiência também irem ao encontro das pessoas com deficiência?

Com as técnicas de intercâmbio e correspondência interescolar, além da possibilidade de troca de materiais entre diferentes escolas com o propósito de discussão sobre a inclusão e as possibilidades que cada uma encontrou, também pode ocorrer um contato entre uma escola regular e uma especial. Após um inicial desconhecimento, essa apresentação entre ambas e a instigação da formação de vínculos afetivos, pode estimular o desenvolvimento de conhecimento acerca das diferenças, fator indispensável para o posterior respeito e aceitação das mesmas. A respeito dessa técnica Sampaio (1989, p. 197) explica que “nesse processo as crianças estarão aprendendo a respeitar essas diferenças, a tolerar, admitindo outros modos de vida e aceitando os outros tal qual eles são”. Da mesma forma que na técnica do “Jornal Escolar”, esse intercâmbio, além da aproximação física entre as pessoas, pode ser facilitado por meio eletrônico, permitindo uma interação entre os alunos por sites, blogs e redes sociais.

Na “Aula-Passeio”, pode-se organizar uma aproximação entre as duas escolas, fundamentado nos ideais inclusivos e humanos até então trabalhados. Os alunos podem ser levados até uma aula de educação física de uma escola especial, e posteriormente, podem conjuntamente com o professor, receberem esses alunos em sua escola para uma aula conjunta. Ademais, os estudantes

podem ser levados em locais que propiciem conhecimento acerca das pessoas com deficiência substituindo o possível desconhecimento desses alunos pelo respeito e conscientização das potencialidades dessas pessoas, como em locais de prática de atividades física específica para pessoas com alguma condição de deficiência.

Essa aproximação entre pessoas com e sem deficiência possibilita uma convivência com as diferenças o que, segundo Salerno (2009), é uma das principais auxiliadoras da superação do estranhamento e desenvolvimento do respeito e aceitação das deficiências.

Já para a organização da aula, Freinet propõe um “Plano de Trabalho por Cooperativa Escolar”, o qual, numa aula de educação física escolar, pode proporcionar discussões sobre como organizar esse conteúdo perante as diferentes dificuldades, também podem instigar os alunos a pensarem acerca das diferenças e buscarem alternativas respeitosas a todos.

Por fim, uma possibilidade pertinente para a facilitação da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino é a proposta de Célestin Freinet referente à organização das aulas em “cantos”, onde diferentes níveis de desenvolvimento são possíveis de serem trabalhados concomitantemente. A aula deixa de propor uma mesma atividade e resultado padronizado para todos os alunos, facilitando que todos tenham vivências positivas, na atividade que mais se adequarem ao seu nível de desenvolvimento.

Os cantos, segundo Freinet (1983), não apenas respeitam a autonomia das crianças, mas também as suas diferentes necessidades. Com eles, pode-se ora trabalhar um mesmo objetivo com todos ora com

diferentes objetivos segundo os variados níveis de desenvolvimento e preferências. Dessa forma, os alunos podem permanecer em um canto com as atividades mais próximas ao seu nível de desenvolvimento e sua atual capacidade e, aos poucos, ir explorando os demais cantos nos quais os níveis de dificuldades são maiores, proporcionando que vivenciem aos poucos as suas dificuldades de forma a superá-las com determinação e também segurança, sem a imposição nem a obrigação de realizarem atividades com um nível de resultado estabelecido.

Para a inclusão, Silva, Seabra Junior e Araújo (2008) afirmam ser necessário um sistema educacional segundo as necessidades individuais e respeitoso às dimensões afetivas e reais da vida prática de aluno, sistema este possibilitado pela implantação dessas técnicas.

Por conseguinte, pode-se concluir, com o estudo das obras de Freinet, que os valores humanos são fundamentais para a construção de um contexto educacional inclusivo, não bastando adequar técnicas ou métodos, mas sendo indispensável uma aula onde os alunos vivenciem um ambiente inclusivo com respeito, compreensão e valorização das diferenças.

A sociedade se desenvolveu lidando com um complexo de desigualdades e lutas de interesses. Sendo a escola uma instituição pertencente a tal ambiente, esta tem vivenciado as desigualdades e constantes transformações. Apesar do Brasil ser um país com política democrática, há obstáculos nas diversas dimensões sociais em executar uma democracia efetiva no acesso aos serviços sociais com qualidade, o que não proporciona respeito aos plenos direitos de cada indivíduo à cidadania, alocando a inclusão escolar no conjunto de tentativas e lutas já

presentes no contexto social. A dificuldade em consolidar a inclusão escolar pode ser justificada por essas desigualdades do contexto socioeconômico e histórico, contudo não pode ter sua implantação negada por esses motivos, mas, sendo sustentada pelos direitos humanos, deve ser vista como um desafio a ser assumido por todos. E, nesse contexto, Freinet mostra-se como uma possibilidade de intervenção pedagógica na realidade escolar uma vez que sua pedagogia possui estreita relação com os novos ideais almejados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade está continuamente se reconstruindo de forma impulsionada por múltiplas forças e, nesta reorganização, os ideais inclusivos passaram a ser contemplados, mas sua efetivação encontra dificuldades incomensuráveis devido as suas origens associadas a diferentes dimensões, uma vez que tais ideais, desde a sua elaboração, foram envoltos por diversos interesses e entendimentos que englobaram ora aspectos neoliberais – como a busca de preparo dessas pessoas para atuarem em aspectos sócio-econômicos –, ora valores humanos – com familiares de pessoas com deficiência, e elas próprias, defendendo seus direitos dentro da sociedade. Concomitantemente, a escola passou e ainda passa por um processo de transformação almejando um ensino democrático, comprometido com a formação cidadã de cada aluno. Assim, se não se pode falar em uma proposta capaz de atuar na sociedade como um todo, propostas pontuais podem ser grande valia, uma vez que pequenos trabalhos ao se somarem, podem trazer subsídios acentuados.

Dessa forma, seria um equívoco associar o processo educacional inclusivo apenas a um sinônimo de dificuldade na educação. Ao contrário, deve ser compreendido como uma oportunidade de transformação e de amadurecimento do espaço escolar. Nesse contexto, foi observado que os ideais de Freinet podem ter contribuição relevante no processo de estruturação de uma educação acessível e de qualidade, com os conteúdos da educação física podendo ser explorados de forma a favorecer a participação ativa de todos e de acordo com os recursos e suportes metodológicos com os quais, atualmente, se conta nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. F. de. **Desporto Adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.
- BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. XIX, n. 48, p. 69-88, ago. 1999.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- _____. **Lei Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- _____. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Brasília, DF, 1975. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em 07 jan. 2013.
- _____. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- _____. Parâmetros curriculares nacionais: Educação física. **Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARVALHO, P. L. de; BASSA, J. S.; SILVA, R. da. A educação física no processo de inclusão de escolares com deficiência. In: **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) / IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE)**: Implicações na/da educação física e ciências do esporte. Brasília, 2011.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 2. ed.. Campinas: Papirus, 1991.
- CHICON, J. F. Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, jan./abr. 2008.
- CHICON, J. F.; MENDES, K. A. M. de O.; SÁ, M. das G. C. S. de. Educação física e inclusão: a experiência na escola azul. **Movimento**, Porto Alegre, p. 185-202, dez. 2011.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- CUNHA, A. C. P. da; SILVA, A. P. S. da. Estudo bibliográfico sobre a inclusão

- do aluno com distrofia muscular de duchenne nas aulas de educação física . In: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) / V Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE)**: Identidade da educação física e ciências do esporte em tempos de megaeventos. Brasília, 2013.
- DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais**: experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- ELIAS, M. D. C. **Célestin Freinet**: uma pedagogia de atividade e cooperação. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FILUS, J. F. **Amarrações e arrumações na inclusão escolar do município de Hortolândia - SP**. 2011. 199f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.20, n.3, p. 387-404, jul./set. 2014.
- FREINET, C. **Para uma escola do povo**: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular. Lisboa: Presença, 1973.
- _____. **Conselhos aos pais**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1974a.
- _____. **O jornal escolar**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974b.
- _____. **As Técnicas Freinet da escola moderna**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- _____. **O texto livre**. 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 1976.
- _____. **O método natural**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1994
- _____. **Pedagogia do bom senso**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FREINET, E. **O itinerário de Célestin Freinet**: A expressão livre na pedagogia Freinet. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- FREIRE, J. B. **De corpo e alma**: o discurso da motricidade. São Paulo: Summus, 1991.
- GÓIS JUNIOR, E. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. **Movimento**, Rio Grande do Sul, v. 19, p. 139-159, jan./mar. 2013.
- LEGRAND, L. **Célestin Freinet**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010.
- LINHARES, M. A. Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para a educação física nacional (1933-1935). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, p. 75-91, 2009.
- LOPES, E. P. O conceito de educação em João Amós Comenius. **Fides Reformata**, São Paulo, v. XIII, n. 2, p. 49-63, abr. 2008.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.
- MARTINS, C. L. R. Educação física inclusiva: atitudes dos docentes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 637-657, abr./jun. 2014.
- MEIRELES-COELHO, C.; IZQUIERDO, T.; SANTOS, C. (2007). Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca. In: SOUZA, J. M. **Actas do IX Congresso da SPCE**: Educação para o sucesso: políticas e actores. Porto: SPCE, 2007, p.178-189.

- NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXI, n. 73, p. 09-40, dez. 2000.
- OLIVEIRA, V. M. **Educação física humanista**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- PEREIRA, B. F. P. Foucault e a educação libertária: por uma escola transformadora da sociedade. **Theoria**, Pouso Alegre, n.13, p. 80-102, jul. 2013.
- SALERNO, M. B. **Interação entre alunos com e sem deficiência na educação física escolar**: validação de instrumento. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- SAMPAIO, R. M. W. F. **Freinet**: evolução histórica e atualidades. São Paulo: Scipione, 1989.
- SEABRA JÚNIOR, L. **Educação física e inclusão educacional**: entender para atender. 2012. 111f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- SILVA, R. F.; SEABRA JUNIOR, L.; ARAÚJO, P. F. **Educação física adaptada no Brasil**: da história à inclusão educacional. São Paulo: Phorte, 2008.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- TOLEDO, C. A. A. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a Ratio Studiorum. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 22, n. 1, p.181-187, jul./dez. 2000.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Carta Internacional da Educação Física. **Revista de Educação Física e Desportos**, n. 8, 1981. Disponível em: < <http://cev.org.br/biblioteca/carta-internacional-educacao-fisica-desportos/>>. Acesso em: 15 out. 2013.
- VALENTIN, I. F. A Reforma Protestante e a educação. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, ano 19, n. 37, p. 59-70, jul./dez. 2010.

BUILDING AN INCLUSIVE ENVIRONMENT IN PHYSICAL EDUCATION: possibilities by Célestin Freinet

ABSTRACT

The school physical education should allow the participation of all in their classes, but difficulties are faced by teachers to build lessons tailored to the needs of students with disabilities. Thus, this study aims to develop a proposal that will facilitate the inclusion of students with disabilities in physical education through the Freinet pedagogy. For this, it developed information retrieval with the works of Célestin Freinet available in the database of the Faculty of Physical Education and Education of the State University of Campinas. The sources were analyzed by documentary analysis, with reflection for the elaboration of a proposal on their chances in school physical education. To the study, it was found that the ideals of Freinet allow a theoretical construct on inclusive principles and practical approach to diversity, fostering knowledge and respect for differences.

Keywords: Physical Education; Special Education; Freinet

CONSTRUYENDO UN AMBIENTE INCLUSIVO EN EDUCACIÓN FÍSICA: posibilidades de Célestin Freinet

RESUMEN

La educación física escolar debe permitir la participación de todos, pero las dificultades se enfrentan los docentes para construir lecciones adaptadas a las necesidades de los estudiantes con discapacidad. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo desarrollar una propuesta que facilite la inclusión de los estudiantes con discapacidad en la educación física a través de la pedagogía Freinet. Para ello, se desarrolló la recuperación de información con las obras de Célestin Freinet disponibles en la base de datos de la Facultad de Educación Física y Educación de la Universidad Estatal de Campinas. Las fuentes se analizaron mediante análisis documental, con la reflexión para la elaboración de una propuesta sobre las posibilidades de la educación física escolar. Para el estudio, se encontró que los ideales de Freinet permiten una construcción teórica en los principios de integración y acercamiento práctico a la diversidad, fomentar el conocimiento y respeto de las diferencias.

Palabras-clave: Educación Física; Educación Especial; Freinet

Recebido em: setembro/2015
Aprovado em: dezembro/2015